

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 102.043 - MG (2018/0212092-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JOAO PAULO DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JOÃO PAULO DE OLIVEIRA desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Depreende-se dos autos que o ora recorrente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, do delito de furto qualificado.

Narra a denúncia que o ora recorrente, "mediante rompimento de obstáculo e concurso de pessoas, subtraiu, para si, coisa alheia móvel, representada por 02 (dois) pares de sapatos femininos scarpas, cor preta, sem marca definida, 01 (uma) frente do aparelho de CD automotivo, marca PIONEER e 01 (uma) cadeira de bebê automotiva, cor cinza, marca Burigoto, pertencentes à vítima Cláudio Eduardo de Castro Moreira" (e-STJ fl. 8).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 60):

HABEAS CORPUS - FURTO QUALIFICADO DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA APÓS CITAÇÃO POR EDITAL - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL- PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS ELENCADOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. 1. Não há constrangimento ilegal na decisão que decreta a prisão preventiva do paciente que, citado por edital e não comparecendo em juízo porta-se de maneira a obstar a aplicação da lei penal. 2. Inexiste constrangimento ilegal na decisão que decreta o acautelamento preventivo, se lastreada em elementos concretos dos autos e nos requisitos do artigo 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa a ilegalidade da custódia preventiva, porquanto a decisão que a decretou ofendeu o enunciado 351 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alega, para tanto, que "o recorrente não estava foragido; mas sim preso na mesma comarca da jurisdição do magistrado singular e/ou mesma unidade de jurisdição do colegiado, tem-se, que não esgotados os meios para a citação. Deste modo, o processo é nulo a partir da citação, abrangendo, inclusive, todos os demais atos subsequentes; bem como, nulo é o decreto de prisão cautelar; e, não existem dúvidas quando à caracterização do constrangimento ilegal a que se acha submetido" (e-STJ fl. 76).

Sustenta, ainda, ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou a custódia cautelar.

Diante dessas considerações, pede, em liminar, que o recorrente se defenda solto até o julgamento de mérito do presente recurso.

O pleito liminar foi deferido (e-STJ fls. 110/114).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 169/171).

É, em síntese, o relatório.

Inferre-se dos autos que o Tribunal de origem não apreciou a questão da suposta ofensa ao enunciado 351 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Sendo assim, a análise do tema não pode ser submetida a esta Corte Superior, sob pena de configurar indevida supressão de instância.

A propósito, confirmam-se os precedentes:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. FURTO QUALIFICADO. NULIDADE. INDEFERIMENTO DE OITIVA DE TESTEMUNHA. INOCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA E DE AUSÊNCIA DE AUTODEFESA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DOSIMETRIA. AUMENTO DA PENA EM 1/3. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 44, III, DO CÓDIGO PENAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. As alegações de deficiência de defesa técnica e de ausência de

autodefesa não foram enfrentadas no acórdão combatido, o que impede a análise da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância. Precedentes.

[...] (HC 262.860/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 22/4/2016.)

HABEAS CORPUS. WRIT SUBSTITUTIVO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. REDUÇÃO DA PENA-BASE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CRIME ÚNICO. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERSIDADE DE VÍTIMAS. CONCURSO FORMAL. FRAÇÃO DE AUMENTO. DIMINUIÇÃO. QUANTIDADE DE ESFERAS PATRIMONIAIS ATINGIDAS. TERCEIRA ETAPA DA DOSIMETRIA DA PENA. DUAS MAJORANTES. REDUÇÃO DO QUANTUM DE AUMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EXASPERAÇÃO NO PATAMAR MÍNIMO. REGIME INICIAL DIVERSO DO FECHADO. INVIABILIDADE. CONSTRANGIMENTO PARCIAL. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Tribunal de origem não analisou a suposta ausência de fundamentação idônea para a exasperação da pena-base, de forma que seu exame diretamente por esta Corte Superior acarretaria indevida supressão de instância.

[...] (HC 319.513/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 7/4/2016, DJe 20/4/2016.)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA DECISÃO SOBRE O MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO ORIGINÁRIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I - A prisão cautelar só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. O juízo de piso, ao decreta-la, inevitavelmente, deverá se pronunciar sobre os seus motivos legitimadores, ainda que de maneira que depois se considere lacunosa ou deficiente.

II - Na hipótese, o magistrado de primeira instância já opinou sobre os requisitos e os motivos ensejadores da prisão, quando a decretou originariamente, não sendo necessário que reitere as suas razões para que a possível ilegalidade seja levada ao conhecimento do Tribunal.

III - Todavia, não tendo a eg. Corte a quo se pronunciado sobre a matéria, não pode este Superior Tribunal de Justiça enfrentar o tema, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância. Recurso ordinário parcialmente provido, para determinar que os autos retornem ao eg. Tribunal de origem, devendo este decidir,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

como entender de direito, acerca da adequação da fundamentação da prisão cautelar do ora recorrente. (RHC 64.088/CE, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 20/4/2016.)

De outro lado, as informações obtidas no sítio do Tribunal de origem noticiam que, no dia 11/12/2018, o ora recorrente foi condenado, como incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal, à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime fechado, ocasião em que lhe foi concedido o direito de apelar em liberdade sem nenhuma menção à liminar deferida por este relator.

Diante disso, nada mais há a ser apreciado nesta oportunidade, tendo em vista que fica sem objeto o pedido contido no recurso, cujos fundamentos foram superados.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço parcialmente** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*, e, nessa extensão, **julgo-o prejudicado**, tornando sem efeito a liminar anteriormente deferida.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator